

Escolarização, ensino superior e identidade étnica: a experiência das professoras Xokleng/Laklãnõ

Cátia Weber*

Resumo

A participação no Núcleo de Pesquisa Mover – Educação Intercultural e Movimentos Sociais, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possibilitou o contato com diferentes grupos sociais e contextos educacionais. Um desses contextos foi trabalhado na pesquisa para a dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC, intitulada *Tornar-se Professora Xokleng/Laklãnõ: escolarização, Ensino Superior e identidade étnica*. Neste artigo são apresentados os resultados obtidos na pesquisa, nos quais o tema da identidade étnica foi estudado em um contexto de relações interculturais, existentes no processo de escolarização e Ensino Superior vivenciado por sete professoras Xokleng/Laklãnõ.¹

Palavras-chave: Professoras Xokleng/Laklãnõ. Escolarização. Ensino Superior. Identidade Étnica.

1 INTRODUÇÃO

A história de extermínio ou integração dos povos indígenas à sociedade regional tem promovido um processo dinâmico de transformação na identidade indígena assumida por estes povos. O contexto de escolarização e de Ensino Superior também tem possibilitado o exercício constante de

* Cátia Weber: Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Curso de Especialização em Gestão Escolar/UFSC, modalidade EaD; orientadora dos Trabalhos de Conclusão de Curso; catiaweber@gmail.com

autonomia e expressão da identidade destes povos, contribuindo com este movimento transformador. As mudanças percebidas também são atribuídas às reivindicações pela posse de seu território tradicional, por intermédio das identificações e demarcações das Terras Indígenas (TI), pelo reconhecimento e respeito de suas identidades étnicas e o direito à manutenção de suas especificidades culturais, incluindo não apenas a forma de viver e pensar, e do uso de suas línguas indígenas mas, principalmente, dos modos próprios de construção, elaboração e transmissão de conhecimentos, refletindo na reivindicação por uma educação escolar indígena diferenciada, bilíngue e intercultural, que garanta a autonomia étnica.

As reivindicações feitas por esses povos para o estabelecimento de políticas públicas e legislações que garantam o ensino diferenciado nas TI e aldeias, ocasionam experiências escolares e acadêmicas indicando um novo horizonte com possibilidades, contradições, conflitos e etnocentrismos, bem como para o desafio de acolher essas reivindicações e torná-las garantias legais de práticas pedagógicas específicas para cada povo indígena.

Tendo como base os referenciais teóricos da Antropologia e da Educação, esta pesquisa objetivou compreender como se constitui a identidade étnica para as professoras Xokleng/Laklânõ, no contexto de escolarização e, depois, no Ensino Superior no Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi), localizado no município de Indaial, Santa Catarina, Brasil onde promoveram sua formação profissional.

Para tanto, foi necessário investigar quais os sentidos empregados por estas mulheres a determinados elementos culturais significativos extraídos de seus relatos e que são compartilhados por seu povo no processo de designação étnica, sendo: a memória histórica de espoliação do território tradicional, o aldeamento, as experiências de autoria, a autonomia da gestão das escolas indígenas, o faccionalismo, o sistema de nomeação e a autodenominação como Povo Laklânõ, são essenciais para entender o ser índia por intermédio do olhar não indígena; outros elementos culturais foram identificados, como as relações de gênero que delimitam o ser índia Xokleng/Laklânõ e o processo de tornar-se professora indígena mediante a escolarização e a formação profissional nos cursos de capacitação de professores indígenas, do magistério diferenciado (ambos oferecidos pelo NEI/SED/SC) e no Ensino Superior na Uniasselvi.

Entendendo que as realidades sociais são dinâmicas e, dessa forma, tornam-se dialógicas no sentido que integram um contexto social, político, econômico e cultural onde acontecem as chamadas “negociações culturais das identidades e das diferenças” (BACKES, 2005, p. 21), procurou-se apresentar neste estudo um olhar sobre a realidade das professoras Xokleng/Laklãnõ, concebido a partir da visão que elas têm de sua realidade, observada em um dado momento histórico de suas vivências.

Inicialmente, buscou-se trabalhar com 19 professoras Xokleng/Laklãnõ, que compunham um grupo de 35 indígenas matriculados, em 2006, na Uniasselvi. No entanto, a complexidade do processo de análise das histórias de vida, mostrou a necessidade de reduzir o número de mulheres para sete. Embora houvesse critérios preestabelecidos para a composição do grupo a ser estudado, este se constituiu sob critérios próprios, sendo: a aceitação da pesquisadora em seu convívio, a simpatia estabelecida entre os sujeitos envolvidos nesta relação social, o comprometimento da pesquisadora com a comunidade e o desejo de contar suas vidas. Esses critérios terminaram por proporcionar a composição de um grupo heterogêneo.

A pesquisa realizada possibilitou refletir, a partir da etnografia no sentido apontado por Geertz (1989), sobre as relações estabelecidas entre a cultura indígena e não indígena que se apresentaram durante o trabalho de campo e, que devido ao longo tempo de contato interétnico, estabeleceram “teias de significados” que vão além de suas especificidades tradicionais. Ao longo do contato, outras significações foram incorporadas em razão das trocas no processo de relação intercultural.

Para o registro das memórias² das professoras Xokleng/Laklãnõ sobre sua formação escolar, profissional e pessoal, foram utilizadas entrevistas semidirigidas gravadas, bem como os diários de campo resultantes da observação participante. Essas técnicas possibilitaram coletar um material rico em dados sobre a vida dessas pessoas, revelando algumas nuances de sua formação identitária como indígenas, mulheres e professoras. A entrevista semidirigida tendo como fundo a história oral apresentou-se como instrumento adequado para o registro das memórias das professoras (MONTENEGRO, 1994, p. 24).

O princípio que norteou a análise dos dados foi a compreensão dos sentidos que as professoras Xokleng/Laklãnõ atribuíram ao ser índia Xokleng/Laklãnõ, ser professora indígena e ser membro de um povo indígena,

possibilitando entender o processo de constituição e afirmação étnica para essas mulheres, em um determinado contexto histórico e em espaços sociais onde estabeleceram/estabelecem suas relações sociais e culturais, e que têm influenciado sua afirmação étnica, como também as suas expectativas em relação ao próprio futuro pessoal e profissional.

Abordar o contexto histórico deste povo e o seu envolvimento com outros grupos é necessário para compreender as mudanças em seu sistema sociocultural, bem como as inter-relações construídas com os não índios na atualidade. Acreditamos que esta vivência traz consigo uma gama de inter-relações estabelecidas entre os grupos étnicos em contato, promovendo a construção de suas histórias, nas quais tradições culturais podem ser elaboradas e/ou transformadas.

A complexidade em tratar a respeito da constituição da identidade étnica entre este povo indígena, tomando as perspectivas intercultural e de gênero, abre também para outras pesquisas possíveis. Abordando a história do povo Xokleng/Laklãnõ, e de sua escolarização e formação no Ensino Superior, procurou-se compreender o movimento pela continuidade da formação educacional em nível superior.

2 A HISTÓRIA DO CONTATO E AS MULHERES XOKLENG/LAKLÃNÕ

Os Xokleng/Laklãnõ são vítimas históricas do contato com a sociedade regional e, especialmente, da ação dos bugreiros, que tinham por meta varrer as matas e campos, eliminando a presença desses indígenas, a mando das companhias colonizadoras. Muitas mulheres tiveram suas vidas ceifadas pelo facão desses caçadores. Outras, junto com algumas crianças, eram trazidas para a cidade, como forma de provar que as matas estavam livres dos “selvagens”. Algumas dessas crianças tiveram seu destino alterado ao serem adotadas por famílias alemãs, como foi o caso da menina Korikrã, adotada pela família do Dr. Hugo Gensh, médico que atendia em Blumenau, Santa Catarina, sendo batizada com o nome de Maria Gensh. A pequena Korikrã foi educada segundo os moldes da elite social brasileira, aprendendo inclusive a língua alemã e a língua francesa. No ano de 1918, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, funcionário do Serviço de Proteção

aos Índios (SPI), promoveu o encontro de Korikrã com os seus pais biológicos. O antropólogo Darcy Ribeiro, em seu livro *Os Índios e a Civilização* (1996, p. 399-400), traz o relato do depoimento dado por Hoernhann, onde pode ser vislumbrada uma ideia das diversas formas de violência que mulheres e crianças Xokleng/Laklãnô foram submetidas. Em uma tentativa de apresentar Korikrã (batizada como Maria Gensh) a seus pais biológicos, Hoerhannn promoveu um encontro entre as famílias no Posto Indígena Duque de Caxias. Já estando diante uns dos outros, um membro do povo Xokleng/Laklãnô perguntou por Korikrã, pois não havia reconhecido a moça vestida em trajes ocidentais:

Os índios observaram-na um instante e avançaram sobre ela, apalpando-a, incrédulos. Logo alguém se lembrou em procurar a marca tribal, cicatriz de duas incisões feitas na perna esquerda das mulheres, logo abaixo da rótula. Levantaram a saia da moça para procurá-la. Enquanto isso outros lhe arrancavam a blusa, o pai tirava o chapéu e desmanchava o penteado, tentando refazer a imagem da filha tão cedo arrancada de seu convívio, naquela mocinha estranha e apavorada. Alguém encontrou a marca tribal e todos se agachavam para ver: kó, kó, - aqui, aqui está. E riscavam os botoques nos joelhos da moça ao examinar-lhe mais detidamente a sigla [...]

Para Maria Gensh (Korikrã), segundo Darci Ribeiro (1996), a situação lhe causava repulsa e medo, marcando o processo aculturativo pelo qual foi submetida com sua adoção. O pai biológico percebendo a reação da moça que não reconhecia a família indígena e, também, expressava medo e nojo se afasta dizendo: “[...] estou vendo, você tem nojo de mim, tem nojo de toda a sua gente. [...] Estas mãos a carregaram muitas vezes; estas mãos levantaram este corpo, pinheiro acima, para colher pinhões que você comeu. [...] para tirar o mel que você comeu [...]” O pai de Korikrã não reconhecia em Maria Gensh os elementos culturais essenciais para sua pertença étnica, nesse caso, a memória de seu povo, não importando os traços biológicos que ela apresentava.

Korikrã morreu aos 42 anos depois de contrair tuberculose. Sua história não foi a única, pois foram muitas as crianças separadas de seus pais e parentes, e criadas dentro dos costumes e tradições da cultura não indígena. Entre esses casos está o da menina Wat, filha do cacique Kam-Rem,

que foi também educada conforme os costumes alemães. Quando já era moça, desapareceu enquanto retornava de uma das aulas de corte e costura que costumava frequentar na cidade de Itoupava. Após um tempo, foi encontrada em uma casa de prostituição sofrendo com moléstias causadas por doenças venéreas. Daí até o dia de sua morte, Wat vivenciou dia após dia o estar entre duas culturas diferentes. Não conhecia mais os costumes de seu povo e também vivia à margem da sociedade não índia.

Um terceiro caso de adoção foi o da menina Benedita Inglat, criada pelo Dr. Wiegand Engelke, de Joinville. Benedita casou, teve filhos e netos. Somados a estes casos, houve outros que incluíam meninos também adotados por famílias abastadas, cujos relatos constam no livro escrito pelo antropólogo Sílvio Coelho dos Santos (1973), intitulado *Índios e Brancos no Sul do Brasil*.

Ambas as crianças, sendo meninas ou meninos, passaram por um processo de ruptura com sua identidade étnica. Mesmo parecendo fenotipicamente com os Xokleng/Laklânô, Korikrã não se sentia mais índia e, assim, não era mais reconhecida por seu povo como um membro.

Longe de ser um ato de caridade, a adoção dessas crianças vinha na esteira de atos de crueldade e genocídio de um povo, cujos ancestrais dominavam as matas da Região Sul do Brasil, centenas de anos antes de os europeus decidirem iniciar suas primeiras investidas marítimas.

A história de Korikrã é apenas uma entre muitas que revelam as diferentes formas de violência sofridas por este povo. As mulheres Xokleng/Laklânô foram vítimas e sofreram danos causados por bugreiros e outros membros da sociedade regional durante o século em que foram aldeadas. No entanto, a história tem revelado que essas mulheres e outras indígenas de diferentes etnias vêm lutando pela garantia de seus direitos, não somente pelo respeito de suas tradições culturais, mas também pelo acesso à cidadania, como o direito ao emprego, à saúde e à educação.

3 O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO PARA OS POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas vêm vivenciando a educação formal desde a chegada, em 1549, dos primeiros grupos de missionários jesuítas que forma-

vam a Companhia de Jesus. A educação apresentada impôs novos costumes embasados na moral religiosa cristã e métodos pedagógicos ocidentais, que diferiam dos costumes tradicionais indígenas. Com o objetivo de propagar a fé católica, por meio do ensino da língua portuguesa, a educação foi usada como instrumento de conversão religiosa e civilização desses povos.

Na primeira metade do século XX, a perspectiva integracionista ainda se fazia sentir nas escolas existentes nos Postos Indígenas. Nesse momento, o Brasil passou a receber as missões evangélicas provenientes dos Estados Unidos da América, como o South American Indian Mission (1928) e o Summer Institut of Lingüistics (1950). Trabalhando com o apoio do SPI e da Funai, essas missões foram responsáveis pela construção de escolas em algumas áreas indígenas, tendo como prática educacional o ensino bilíngue, trabalhado com o auxílio de monitores índios.

Embora as missões utilizassem a língua indígena no processo de escolarização nas escolas das aldeias, essa ação não caracterizava a introdução de um ensino bilíngue. Os monitores indígenas apenas mediavam os conhecimentos ocidentais na língua indígena das crianças, nos primeiros anos de alfabetização.

No final da década de 1970, grupos interessados no processo de educação escolar indígena passaram a integrar organizações não governamentais, órgãos governamentais e associações constituídas pelos povos indígenas, para desenvolver uma educação pautada no respeito à diversidade e à diferença. Esse momento representou o início do rompimento com o modelo de educação integracionista apresentado às populações indígenas até o momento.

A inserção de novos atores sociais nesse cenário, como a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), ampliou o debate sobre a criação de leis para assegurar a manutenção das especificidades culturais dos povos indígenas. Dentro desse universo de discussões, a educação promovida em áreas indígenas passou a ser abordada com mais intensidade, fazendo surgir questionamentos a respeito de sua validade e eficiência no que diz respeito à preservação da identidade étnica e cultural dos povos indígenas.

Esse momento da história da educação escolar indígena foi marcado por mudanças significativas, como a Promulgação da Constituição de

1988, cujo artigo 210 assegura o uso da língua materna e dos processos próprios de aprendizagem aos povos indígenas e a Portaria Interministerial n. 559/91, a qual aponta para um novo paradigma quanto à relação à antiga concepção de educação escolar indígena que se tinha, reconhecendo a diversidade sociocultural e linguística do Brasil e o direito à sua manutenção, em contraposição ao caráter integracionista que sustentava as ações de educação escolar para os povos indígenas, presente no Estatuto do Índio (Lei n. 6.001/73). Esse documento também definiu a formação de professores indígenas com remuneração igual aos demais professores, a criação de Núcleos de Educação Indígena (NEIs) nas Secretarias Estaduais de Educação (formados com representação indígena), bem como oferece condições para a regulamentação das escolas indígenas (calendário escolar, metodologia e avaliação de materiais didáticos específicos).

Nesse mesmo ano, foi promulgada a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual regula as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, abordando diversificadamente a temática indígena, e incentivando a criação de programas de ensino e pesquisa voltados à educação bilíngue e intercultural.³

A Educação Escolar Indígena passa a vivenciar profundas mudanças no que se refere à formação de professores e da política educacional para população indígena. Surgem programas que passam a discutir políticas que visam ao respeito à diversidade cultural existente entre os diferentes povos indígenas no Brasil.

O papel da escola indígena não é mais de integração, mas de fortalecimento cultural para as comunidades indígenas. A escola é reapropriada pelos professores e estudantes indígenas que passam a participar de sua estruturação, bem como da construção dos materiais didáticos, dos Projetos Políticos Pedagógicos e de toda a rotina escolar. Esta participação coloca o indígena como autor dentro desse processo histórico de apropriação da educação escolar.

A autoria indígena, nesse sentido, tem levado ao fortalecimento cultural e à elaboração de projetos políticos que vislumbram um futuro com maior dialogicidade entre as sociedades indígenas e a sociedade regional.

A escola bilíngue, específica, diferenciada e intercultural, tem sido foco de discussão entre os indígenas participantes de diferentes organizações, no sentido de avaliar as experiências em desenvolvimento e planejar

ações futuras para sua garantia. Assim, os cursos de formação de professores têm papel fundamental no fortalecimento da escola indígena, uma vez que ampliam o debate teórico e metodológico na prática docente. A produção de materiais didáticos tendo como autores os próprios professores indígenas e demais membros de suas comunidades, revitaliza a cultura e o uso da língua contribuindo para autonomia indígena (GRUPIONI, 2003).

Hoje, o debate dentro das comunidades indígenas consolida uma nova forma de pensar sobre a atuação do professor indígena. É cada vez mais importante que este tenha formação em nível superior de ensino, tendo como princípios a diferença, a especificidade cultural, o bilinguismo e a interculturalidade. Para tanto, faz-se necessária a formação desse profissional em cursos que promovam o diálogo entre o saber tradicional indígena e os conhecimentos do currículo nacional.

A partir de 1999, cursos de formação de professores no Magistério em nível médio passam a preparar um número considerável de professores indígenas no estado de Santa Catarina. O curso de Magistério para professores Kaingáng e Xokleng, oferecido pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, contou com a participação de 47 professores. Com uma duração de cinco anos, o curso foi aplicado de forma presencial e a distância.

Desde então, houve diferentes encontros para a discussão sobre a Educação Escolar Indígena e a Formação de Professores Indígenas, dos quais a Universidade Federal de Santa Catarina tem participado com representação docente de diferentes áreas do conhecimento, entre elas História, Antropologia, Pedagogia, Sociologia e Direito.

A demanda pelo ensino superior entre os povos indígenas vem da finalização dos cursos de Magistério já citados, bem como pelas demarcações de terras indígenas. Nesse sentido, são ampliadas as discussões nas universidades que consideram essa demanda para o Ensino Superior, constituindo um novo desafio para educadores e pesquisadores que atuam com a questão indígena.

Em meio ao debate referente à Educação Escolar Indígena, cresce também o debate quanto à Educação Superior Indígena e, nesse espaço, surgem licenciaturas específicas que passam a ser implementadas em diferentes universidades públicas.

Entre essas licenciaturas há o Curso de Licenciatura Intercultural do Núcleo Insikiram, na Universidade Federal de Roraima; o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, da Universidade Federal de Goiás (UFG); o Curso Formação Intercultural de Professores: Curso para Educadores Indígenas, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o Curso de Licenciatura Indígena no Contexto dos Guarani e Kaiowá (Projeto Tekó Arandu), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); no Estado do Mato Grosso do Sul, e o Curso de Licenciatura Específica para Professores Indígenas do Alto Solimões, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA); e, agora, o Curso de Licenciatura dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng, na Universidade Federal de Santa Catarina, que está em processo de implementação, com início previsto para o segundo semestre de 2010.

O acesso às vagas no Ensino Superior para os estudantes indígenas vêm por intermédio de cursos específicos destinados à formação de professores indígenas em nível superior, ou pela reserva de vagas criadas pelas políticas de ações afirmativas em IES públicas.

Outras vagas estão acessíveis mediante projetos de ações afirmativas, implementados inicialmente na Região Norte do país e agora, também, presentes em IEs públicas de outras regiões. Desde então, esse quadro vem sofrendo alterações, ampliando não somente o número de estudantes indígenas no Ensino Superior, mas a criação de licenciaturas específicas e da implementação de políticas afirmativas nas universidades públicas.

4 AS PROFESSORAS XOKLENG/LAKLÂNÕ: IDENTIDADE ÉTNICA E ENSINO SUPERIOR

Na pesquisa realizada, procurou-se compreender como se constitui a identidade étnica para as professoras Xokleng/Laklânõ, no contexto de escolarização e formação no Ensino Superior. Partindo do pressuposto teórico segundo o qual a identidade étnica é percebida como forma de “organização social”, na qual a identificação étnica é aspecto fundamental em que seus membros se entendem membros de um povo e por este são percebidos como tal (BARTH, 1998), foi possível entender que a autoidentificação e a identi-

ficação pelos demais Xokleng/Laklânô é que define quem é ou não membro deste povo, e não somente as características culturais ou biológicas.

A concepção apresentada propõe que a identidade étnica de um povo é uma consequência das inter-relações estabelecidas com outros povos, outras identidades étnicas. Dessa forma, é constituída no encontro e confronto com membros de outros povos, sendo, portanto, “relacional” (WOODWARD, 2000), estando sujeita a uma dinamicidade que possibilita transformações e ressignificações.

No momento do contato entre diferentes povos, passam a ser usados certos elementos significativos para as identidades étnicas em relação, e que podem ser características culturais relacionadas por seus membros como forma de realçar as diferenças e fronteiras que os separam, manifestando a pertença étnica a um ou outro povo. O povo Xokleng/Laklânô, seu território, sua memória histórica, os aspectos culturais, como o faccionalismo, sistema de nomeação, autodenominação como povo Laklânô e as relações de gênero constituem elementos fundamentais para estabelecer o pertencimento étnico. Contudo, também, outros elementos surgem em razão das relações advindas do contato e aldeamento no PI Duque de Caxias, com os funcionários do SPI e depois com os membros da sociedade regional, em diferentes momentos e espaços de tempos, constituindo variáveis situacionais que promovem o movimento dinâmico das identidades étnicas em relação conduzindo para essas transformações. Entre estas, estão os processos de escolarização e Ensino Superior, e a formação como professores indígenas nos cursos de magistério e capacitação oferecidos pela Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.

Os “entrelugares” que essas relações proporcionam não constituem espaços fixos e rígidos, mas fluidos e moventes, repletos de hibridizações, como afirmou Bhabha (1998). Com o tempo de interação, movem-se, afirmam-se ou desaparecem, dependendo do contexto e das inter-relações estabelecidas entre os sujeitos em relação.

As transformações que a identidade Xokleng/Laklânô vem sofrendo ao longo dos séculos acontecem não apenas por forças externas relativas ao contato, mas também pelos interesses deste povo relacionados às significações e ressignificações dadas por eles ao sentido de pertencer ao povo Xokleng/Laklânô e, conseqüentemente, do ser índio Xokleng/Laklânô, de acordo com o contexto histórico em que estão inseridos e no qual são efe-

tivadas suas vivências pessoais e coletivas. Hoje, esses momentos constituem a formação profissional nos cursos de magistério e capacitação de professores indígenas e, principalmente, no desenvolvimento dos cursos de licenciatura na Uniasselvi.

Ao longo da pesquisa compreendeu-se que o estabelecimento das diferenças étnicas ocorre sob relações de poder entre os sujeitos ou povos, nas quais emergem diferentes concepções, valores, intencionalidades; mas, também, ocorrem processos de reflexão estratégicos para a manutenção da identidade étnica de cada sujeito em relação. Muitas vezes, as relações de poder incorrem em processos subalternizadores (AZIBEIRO, 2006), resultando no confronto das diferenças sustentadas entre os sujeitos em relação, no qual são impostas novas visões de mundo, significações, regras sociais, modos de produção e processos de assimilação à sociedade dominante. No entanto, é preciso ressaltar que as identidades étnicas subalternizadas não são passivas, promovem internamente processos de afirmação identitária a partir da resistência como povo e da ressignificação de conceitos internos.

No convívio com os Xokleng/Laklãnô, percebeu-se que as ações agressivas da sociedade regional para sua integração ou eliminação, como a ação dos bugreiros, e depois o aldeamento com a imposição da escolarização e novos hábitos e comportamentos culturais, foram sendo ressignificadas, resultando nas ações de autoria com a apropriação dos espaços ocidentais e de sua transformação de acordo com as significações dadas por este povo para o exercício da autonomia indígena e manutenção de sua identidade étnica.

Como Markus (2006) evidenciou em sua pesquisa, esses processos de transformação estão ligados às manifestações reivindicatórias do povo Xokleng/Laklãnô pelo reconhecimento de sua identidade étnica e pelo direito às manifestações específicas de seu modo de pensar, agir e viver, do uso e recuperação de sua língua indígena, das tradições, mitos e, principalmente, do direito aos processos próprios de elaboração e transmissão de conhecimentos nas escolas indígenas da TI Ibirama, garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988, a partir da regulamentação da educação escolar indígena de forma diferenciada, intercultural e bilíngue, que procuram promover a autonomia étnica.

Assim, o processo de escolarização e a formação como professoras indígenas nos cursos de capacitação, no magistério diferenciado e nas licen-

ciaturas da Uniasselvi, embora constituindo ações externas, muitas vezes alheias às especificidades desse povo indígena, apresentam-se como uma complexa rede de interações, nas quais diferentes identidades étnicas expõem suas formas de agir, pensar e viver.

É exatamente esta particularidade existente nos processos inter-relacionais que pode ser considerada, teoricamente, como “entrelugares” (BHABHA, 1998), na qual diferentes sujeitos interagem manifestando suas diferenças étnicas, mas, sobretudo, estabelecendo ações de conhecimento e reconhecimento de si próprios, afirmando suas identidades étnicas, em meio às relações de poder e resistências que garantem as suas ressignificações e transformações.

É nesse sentido que a perspectiva intercultural foi apropriada nesta pesquisa, objetivando investigar as significações dadas pelas professoras Xokleng/Laklânô às suas identidades étnicas, e como se articulam no contexto de escolarização e formação profissional no magistério diferenciado, cursos de capacitação de professores indígenas e Ensino Superior, para a sua constituição. Este contexto promove “entrelugares” (BHABHA, 1998); nestes a identidade Xokleng/Laklânô é afirmada e também transformada a partir da emergência dos elementos de identificação étnica, que são realçados nas relações de poder e resistências, mas promovendo, também, a possibilidade de ressignificar antigos conceitos.

As diferenças ressaltadas no encontro e confronto com os não índios e usadas como forma de identificação étnica para o povo Xokleng/Laklânô constituem um mosaico de elementos culturais vivenciados pelos membros deste povo. Entre elas, optou-se por analisar a memória histórica e alguns aspectos culturais, como o faccionalismo, o sistema de nomeação, a autodenominação como povo Laklânô e as relações de gênero, bem como as variáveis situacionais que comportam os processos de escolarização e a formação como professores indígenas nos cursos de magistérios, capacitação de professores e Ensino Superior.

A memória histórica tem significado para o povo Xokleng/Laklânô, pois mantém acesas as experiências conflitivas ou não, vivenciadas coletivamente e que são para estes indígenas essenciais no reconhecimento como índios Xokleng/Laklânô e o seu fortalecimento como povo indígena.

As experiências de autoria constituem importante movimento de apropriação da escola como espaço de revitalização cultural das tradições e

mitos, de gestão e administração do espaço escolar, do calendário, do currículo, na produção de material didático bilíngue, nos projetos de recuperação da língua indígena, dos mitos e tradições, encaminhando-se para a implementação de uma escola verdadeiramente indígena; mas são encontradas também nas ações reivindicatórias nos momentos de confronto com os regionais, manifestadas como forma de resistência cultural.

O sistema de nomeação, o faccionalismo, a autodenominação e a divisão sexual do trabalho foram aqui relacionados como elementos culturais entre outros existentes, que constituem a identidade Xokleng/Laklânô. É preciso ressaltar que esses elementos não devem ser observados isoladamente, mas como partes de um contexto cultural que deve estar relacionado com as variáveis situacionais que tem se apresentado para este povo ao longo de sua existência.

A escolarização, os cursos de capacitação e magistério diferenciado, e os cursos de nível superior de ensino constituem contextos sociais nos quais tem sido proporcionada uma nova reconfiguração da organização social do povo Xokleng/Laklânô, visto que trazem consigo uma nova realidade de trabalho, presente não apenas para as professoras Xokleng/Laklânô entrevistadas nesta pesquisa, mas para toda a comunidade indígena residente na TI Ibirama. Essa realidade é reflexo de uma demanda por renda salarial dentro da própria TI Ibirama, que tem atingido tanto as mulheres quanto os homens deste povo. Como foi apresentado antes, são poucas as fontes geradoras de renda para este povo indígena, que hoje conta apenas com as aposentadorias por velhice ou invalidez, o cultivo de pequenas roças para subsistência, o plantio de *pinus* da espécie *elliottii* para extração e venda, o trabalho como agentes de saúde da Funasa, como motoristas da Funai, o trabalho como professores nas escolas da TI Ibirama, entre outros auxílios. A isto, somam-se as novas exigências de capacitação profissional dos docentes nas escolas da TI, por parte do poder estadual e da própria comunidade indígena, que vem exigindo melhor desempenho dos seus professores.

Este contexto tem levado ao aumento da procura pela formação em cursos de nível superior, entre os jovens que estão concluindo o Ensino Médio, como forma de garantir o acesso aos postos de trabalho. Se, por um lado, a formação superior traz um quadro de profissionais qualificados para dentro da TI, por outro tem gerado um colapso no mercado de trabalho interno. Muitos que procuram os cursos de licenciatura buscam

trabalhar em suas aldeias, o que tem levado à competitividade pelas vagas de docência. Essa realidade denota uma nova transformação da organização social deste povo, com a incorporação de novos elementos, como a competitividade de trabalho, ou, como afirma Gomes (2003), tem levado à incorporação de uma nova “cultura do trabalho” por intermédio da escola e da formação em nível superior de ensino.

Como o número de vagas para o trabalho docente é limitado, a formação em nível superior tem gerado entre os Xokleng/Laklânô um movimento de sair da aldeia para exercerem as novas profissões. A competitividade também gera conflitos internos entre as facções políticas, em virtude da rotatividade anual nos cargos de docência. Isso gera insegurança entre os professores indígenas, pois com as mudanças de diretoria das escolas, vem o risco de perder suas vagas, necessitando procurar trabalho em escolas fora da TI.

Uma parcela dos professores que atua nas escolas da TI sem o nível superior de ensino cursou o magistério diferenciado oferecido pela Secretaria Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia (SED/SC). Essa formação específica não os habilita para trabalhar em escolas fora da TI. Inclusive, o edital do concurso estadual para ocupar as vagas de docência nas escolas indígenas foi concebido de forma também específica para essa formação. Isso leva à reflexão o destino dos cursos de licenciaturas interculturais específicos apontados em linhas anteriores que, em sua maioria, têm habilitação apenas para a docência em escolas indígenas, fazendo emergir a necessidade de ampliar a oferta de formação profissional para os povos indígenas, que deve ser pensada com base no respeito às suas especificidades, constituindo uma das muitas demandas levantadas na Conferência Nacional dos povos Indígenas, realizada em Brasília, Distrito Federal, em abril de 2006. O evento proporcionou a elaboração de um documento, onde são apresentados posicionamentos dos povos indígenas do Brasil em relação a diferentes aspectos que possam subsidiar uma reestruturação da atual política indigenista, quanto a um melhor atendimento das necessidades indígenas, entre as quais uma educação escolar específica.

Entre as reivindicações apresentadas neste documento estão a criação e implementação de um “[...] sistema de ensino federal de educação escolar indígena, específico e diferenciado” e da regularização das escolas indígenas em âmbito federal como categoria diferenciada que ofereça a “[...] ga-

rantia trabalhista e salarial para os professores indígenas.” (FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO, 2006, p. 35-36). Reivindicam, também, a garantia de uma educação escolar indígena que contemple o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e o Ensino Superior diferenciados mas, principalmente, por meio da assistência financeira aos estudantes indígenas matriculados em IEs particulares na forma de bolsas de estudo. Buscam, ainda, a constituição de uma política de formação profissionalizante nas escolas indígenas, como forma de ampliar o universo de trabalho nas TIs e aldeias. Essas demandas se forem apreciadas pelo governo federal podem inferir em um novo horizonte de trabalho para os povos indígenas.

Em relação à vivência na Uniasselvi, os momentos conflitivos relatados ao longo do texto também resultam na reflexão sobre o significado e o sentido histórico e atual desses encontros e confrontos e dos conhecimentos neles adquiridos, podendo ser considerado um caminho pedagógico importante, no sentido que se transforma em material de reflexão sobre sua história, sua cultura e seus valores, o que contribui para o autoconhecimento, a afirmação de sua identidade étnica e o fortalecimento de sua luta por autonomia e autoria. A Uniasselvi surge, assim, como espaço onde outros “entrelugares” são criados, promovendo as trocas entre os conhecimentos ocidentais com os conhecimentos tradicionais Xokleng/Laklãnõ, por meio das pesquisas desenvolvidas pelos estudantes indígenas e compartilhadas com os demais estudantes desta instituição, possibilitando a ampliação nas redes de relações interculturais que os colocam num contexto mais amplo de interações. No percurso para o acesso a estes conhecimentos, os Xokleng/Laklãnõ se apropriam da língua portuguesa, dos costumes e hábitos, dos conteúdos históricos e científicos da cultura ocidental, o que permite a compreensão e manipulação desses elementos nos momentos de resistência.

A apropriação dos elementos culturais não indígenas articula-se com processos complexos de afirmação e constituição da identidade Xokleng/Laklãnõ quando em contato com a sociedade regional, promovendo a visibilidade da identidade Xokleng/Laklãnõ, garantindo o estabelecimento de relações cooperativas para a concretização de projetos políticos que beneficiam e promovem a manutenção de sua sobrevivência física e cultural.

5 CONCLUSÃO

Além dos aspectos históricos e do processo de escolarização, a identidade Xokleng/Laklãnõ deve ser considerada, também, nos contextos de reivindicação onde acontecem as manifestações expressivas da cultura desse povo. A constituição de sua identidade étnica é constantemente transformada em consequência dos diferentes momentos de interações com a sociedade não indígena. A resistência indígena é significativa porque também proporciona os “entrelugares” onde acontecem as ressignificações culturais e sociais. A educação escolar apresentou-se como processo de constituição da identidade étnica, que compõe hoje a formação profissional das professoras indígenas, revelando-se como um movimento dinâmico de constituição identitária. No contexto de Ensino Superior, as professoras Xokleng/Laklãnõ demonstraram que o diálogo com os não índios pode ser conflitivo ou construtivo, dependendo das intenções de cada um. No entanto, é preciso que as relações sociais históricas sejam repensadas, promovendo novas formas de interações sociais baseadas na autonomia e respeito à alteridade indígena.

Durante este estudo, o conceito de identidade étnica mostrou-se dinâmico, promovendo um movimento contínuo de estar sentindo-se, igualando-se e diferenciando-se. Tal qual esse conceito, assim se apresenta esta pesquisa, como um paradoxo inacabado, em um movimento contínuo de analisar os dados obtidos no campo com as entrevistas e a convivência com as professoras Xokleng/Laklãnõ, que impede o estancamento das possibilidades para novas pesquisas e reflexões sobre os estudantes indígenas em Instituições de Ensino Superior privadas e públicas. Este trabalho se mostra apenas como um olhar sobre um recorte social e cultural, observado e analisado em determinado momento, tempo e espaço.

***L'école, l'enseignement supérieur ET l'identité ethnique:
l'expérience de l'enseignant Xokleng/Laklãnõ***

Résumé

La participation au Centre de Recherche Mover – Education Interculturelle et Mouvements Sociaux, à l'Université Fédérale de Santa Catarina (UFSC) a permis de côtoyer des différents groupes sociaux et des contextes éducatifs. Parmi ces contextes là, on en a choisi un en spécial pour être étudié dans la thèse de maîtrise qui a été soutenue au Programme de «Pós-graduação» en Education de l'UFSC. Il a été intitulé «Devenir Professeure Xokleng/Laklãnõ: Scolarisation, Enseignement Supérieur et Identité Ethnique». Cet article présente les résultats obtenus dans la recherche où le thème de l'identité ethnique a été étudié ayant par référence les rapports interculturelles, identifiés dans le processus de Scolarisation et Enseignement Supérieur vécus par sept professeures Xokleng/Laklãnõ.⁴

Mots clés: Professeure Xokleng/Laklãnõ. Scolarisation. Enseignement Supérieur. Identité Ethnique.

Notas explicativas

¹ As professoras Xokleng/Laklãnõ fazem parte do grupo étnico Xokleng falante de uma variante linguística da família Jê, derivada do Tronco Macro-Jê. Este povo é sobrevivente de um intenso processo de colonização e vem resistindo ao longo das décadas à pressão exercida pela sociedade regional. Habitam a Terra Indígena (TI) Laklãnõ, localizada entre os municípios de José Boiteux, Victor Meirelles, Doutor Pedrinho e Itaiópolis, juntamente com outras famílias pertencentes aos grupos étnicos Kaingang e Guarani, somando, aproximadamente, 1.751 pessoas distribuídas em sete aldeias, sendo: Sede, Figueira, Bugio, Toldo, Coqueiro, Palmeirinha e Pavão. A luta constante travada por diferentes povos indígenas pelo reconhecimento de suas identidades étnicas, e o respeito de suas tradições e especificidades culturais apresenta-se também como passado, presente e futuro do Povo Xokleng, que vem promovendo um movimento interno para estabelecer sua autoidentificação como Povo Laklãnõ. Como forma de respeitar a alteridade indígena e os processos de autoria que vêm sendo promovidos na TI, nos momentos de referência

a este povo será utilizado a composição Xokleng/Laklãnõ, como forma de afirmar esse processo de transição.

² A memória é entendida como elemento vivo do passado, constituída no presente a partir dos fatos e acontecimentos que promoveram ações e reações dos sujeitos envolvidos e se forma a partir do imaginário construído individual ou coletivamente. Assim, Montenegro (1994, p. 20) nos diz que “[...] o tempo da memória se distingue da temporalidade histórica, haja visto que sua construção está associada ao vivido, como dimensão de uma elaboração da subjetividade coletiva ou individual, associada a toda uma dimensão do inconsciente.”

³ Outros documentos importantes constituem a Resolução n. 03/99, do Conselho Nacional de Educação e o Parecer 14/99, que regulamenta as diretrizes para o funcionamento das escolas indígenas. Em 1993, o MEC publicou as Diretrizes para Política Nacional de Educação Escolar Indígena e, em 1998, o Referencial Curricular Nacional (HENTZ, 2005, p. 80-81). Outrossim, a Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação de 2002 também vêm dispor sobre a educação.

⁴ *La lutte que différents peuples indiens se sont fréquemment engagés dans la reconnaissance de ses identités ethniques, le respect de ses traditions et ses particularités culturelles, elle se présente comme passé, présent et futur du Peuple Xokleng. Les Xoklengs promeuvent graduellement un mouvement interne afin d'établir son auto-identification comme Peuple Laklãnõ. Pour respecter l'altérité indigène et les processus d'écriture qu'on voit se répandre dans la TI, il sera utilisé ici la composition Xokleng/Laklãnõ comme forme d'affirmer ce processus en transition.*

REFERÊNCIAS

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Educação intercultural e comunidades de periferia:** limiares da formação de educador@s. 2006. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade Federal de Santa Catarina, PPGE/CED/UFSC, Florianópolis, 2006.

BACKES, José Licínio. Hall, Bhabha e Bauman: um campo teórico para compreender as negociações das identidades/diferenças culturais. In: BACKES, José Licínio et al. **Educação e diferenças:** desafios para uma escola intercultural. Campo Grande: UCDB, 2005. (Teses e dissertações em educação, v. 6).

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFFENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Conferência nacional dos povos indígenas**. Brasília, DF: Documento Final, 12 a 19 de abril. Brasília, DF: FUNAI/CGDTI, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GOMES, Ana Maria R. Projetos de educação escolar indígena, interculturalidade e dimensão econômica: algumas questões emergentes. **Revista Grifos**, Chapecó: Argos, p. 153-169, 2003.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Experiências e desafios na formação de professores indígenas no Brasil. **Revista Em aberto**, Brasília, DF, v. 20, n. 76, fev. 2003.

HENTZ, Maria Izabel de Bortoli. **Nas vozes da educação escolar indígena, os sentidos do discurso dos professores Xokleng como elemento constitutivo da identidade**. Florianópolis, 2005. 220 f. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MARKUS, Cledes. **Identidade étnica e educação escolar indígena**. 2006. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento; Florianópolis: Edeme, 1973.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WOODWARD, Kathryn. A identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: perspectivas dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

